

Auditoria do TCE aponta falhas em emendas parlamentares, Gestão Auricchio entra na lista

Relatório identifica problemas de transparência, governança e rastreabilidade em R\$ 52 milhões analisados; compra de coletes balísticos em São Caetano está entre os casos sob questionamento

MARCOS FIDELIS

O TCE-SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo concluiu uma ampla auditoria sobre a execução de emendas parlamentares em 644 municípios paulistas e identificou fragilidades consideradas graves na gestão desses recursos públicos. O levantamento analisou cerca de 3 mil emendas, com foco especial nas 66 de maior valor em 59 cidades, somando R\$ 52 milhões em repasses, dentro de contratos que movimentaram aproximadamente R\$ 186 milhões.

Nesse sentido, a fiscalização teve como base o cumprimento das determinações do STF - Supremo Tribunal Federal, especialmente no que diz respeito à transparência, rastreabilidade e controle das chamadas "Emendas Pix" — modalidade de transferência direta de recursos sem necessidade de convênio formal, o que exige mecanismos ainda mais rigorosos de fiscalização.

Contudo, o relatório apontou falhas relevantes em diferentes frentes, como ausência de transparência adequada, deficiência nos processos de governança, possíveis conflitos de interesses envolvendo familiares de parlamentares, além de indícios

DMULGAÇÃO



Auricchio afirmou desconhecer o caso apresentado

de sobrepreço e superfaturamento em contratações custeadas com essas verbas.

■ SÃO CAETANO

Entre os municípios citados está São Caetano, que, no período auditado, estava sob gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior - PSD.

"A Prefeitura adquiriu coletes balísticos, e a auditoria verificou a não entrega de capas já inclusas na licitação originária. O município emitiu nota de empenho à parte, no valor de R\$ 43.750, para a compra das capas. O procedimento gerou indício de superfaturamento de aproximadamente R\$ 42.000", apontou o relatório.

Além disso, segundo a auditoria, os coletes foram entregues sem acessórios que já deveriam estar contemplados no contrato inicial, o que obrigou a administração municipal a realizar uma nova despesa para aquisição separada das capas. Em outras palavras, o custo adicional levantou suspeitas sobre a regularidade financeira do processo.

■ RELATÓRIO

Ainda mais abrangente, o relatório estadual revelou que, das emendas analisadas, 36 eram de origem estadual, indicadas por deputados da ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo, enquanto outras 33 partiram de vereadores. Apesar disso, o TCE destacou que a obrigatoriedade da execução dessas emendas não elimina a necessidade de análise técnica, planejamento detalhado e controle rigoroso sobre cada etapa da aplicação dos recursos.

Ao *REPÓRTER*, o ex-prefeito Auricchio afirmou: "Desconheço o caso nos termos apresentados. Não tive participação direta no procedimento mencionado e sempre atuei dentro da legalidade e responsabilidade. Eventuais esclarecimentos serão prestados nos canais adequados".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política **Página:** 03